



Seminários vão analisar com profundidade as novas resoluções

24/01/2020

Além da forte presença da Previc e da firme orientação nos aspectos contábeis, algo que em si mesmo já atrai público aos eventos, as próximas apresentações do seminário **Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2019** das EFPC ganha um novo atrativo.

Afinal, como compreender e avaliar as consequências das resoluções CNPC nº 32, 33 e 34/2019, aprovadas na reunião do CNPC em 4 de dezembro do ano passado e publicadas no Diário Oficial do último dia 22, tornou-se o principal assunto no momento para dirigentes e conselheiros e será o tema de um dos painéis das próximas apresentações do seminário. De certo modo isso já vinha acontecendo nas edições realizadas até agora, mas com a publicação das resoluções isso ganhou cores ainda mais fortes.

O assunto, que naturalmente tanto interesse desperta, será exposto pelo especialista Antônio Fernando Gazzoni, Diretor da Mercer, e sua equipe, entre outros..

A Resolução nº 32 volta-se para os procedimentos a serem observados pelas entidades no fornecimento de informações aos participantes e assistidos. A de nº 33 trata dos processos de certificação, habilitação e qualificação de dirigentes. Por fim, a nº 34 trata das normas a serem seguidas visando a formalização de processos relativamente a estatutos, regulamentos de plano de benefícios e convênios de adesão.

Todas as três resoluções foram bem recebidas, entendidas como um avanço, mesmo porque são o resultado de um diálogo amplo.

Apresentado hoje em **Porto Alegre**, o seminário será levado agora a **Florianópolis (27/01)**, **São Paulo (28/01)**, **Rio de Janeiro (29/01)**, **Vitória (30/01)** e **Recife (31/01)**.

Organizações internacionais de contadores defendem sustentabilidade

A Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês) – ao lado de outras importantes organizações internacionais, como a Associação Internacional de Contadores Certificados (Association of Chartered Certified Accountants - ACCA), o Conselho Internacional de Relatório Integrado (IIRC) e, entre outras, a Aliança Mundial de Benchmarking (WBA) – lançou, recentemente, o relatório Recomendações de Divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals Disclosure (SDGD) Recommendations). O documento é de autoria de Carol Adams, professora de Contabilidade, e de Paul Druckman e Russell Picot, professores honorários da Durham University Business School, no Reino Unido.

Segundo a Ifac publicou em seu site as Recomendações que constam no documento foram provenientes de consultas a profissionais da contabilidade e de finanças, especialistas em sustentabilidade, acadêmicos, consultores, emissores de normas e padrões, proprietários e gerentes de ativos e membros da sociedade civil.

As Recomendações do SDGD solicitam às organizações que considerem os riscos e as oportunidades relevantes de desenvolvimento sustentável em suas estratégias de criação de valor de longo prazo e que comuniquem os impactos reais ou potenciais sobre a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a Ifac, isso exigirá

divulgações relevantes e materiais sobre os fatores que influenciam a criação (ou a destruição) de valor, em longo prazo, para a organização e a sociedade, ou que têm um impacto (positivo ou negativo) no alcance dos ODS. (CFC-ANCEP)

Eletros ganha um novo diretor de Investimentos

Max Tavares é o novo Diretor de Investimentos da Eletros, noticiam o Portal da Eletros e o site da revista Investidor Institucional. Há 9 anos na Gerência de Investimentos da entidade, foi eleito agora para a Diretoria.

Tavares tem MBA em finanças e mestrado em economia.

Assinado decreto que autoriza militares no INSS

O presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, assinou nesta quinta-feira (23) um decreto que autoriza militares a atuarem numa força-tarefa contra filas para atendimento no INSS, informam os jornais O Globo e Valor Econômico, o segundo apenas em sua edição digital.

Caso o militar inativo pratique algum ato ilícito, a investigação começará pelo órgão que o contratou, mas caberá às Forças Armadas o julgamento do processo administrativo. O uso do efetivo militar na reserva no atendimento das agências do INSS faz parte da estratégia para reduzir o estoque de requerimentos em atraso.

Em sua edição impressa, o mesmo jornal traz porém a informação de que os planos do governo de contratar militares da reserva para ajudar a reduzir as filas para concessão de benefícios no INSS devem esbarrar no Tribunal de Contas da União (TCU). O secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, já foi avisado de que o órgão de controle não concorda com contratação exclusiva de militares para a tarefa.

Um terceiro jornal, a Folha de S. Paulo, por sua vez, diz que mesmo com sinal contrário do TCU o governo vai insistir no plano para que militares reservistas atuem na força-tarefa.

Para evitar confronto com o TCU, o time do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, passou a estudar medidas adicionais à força-tarefa anunciada na semana passada, para reconfigurá-la.

